

ENTRE A MOTIVAÇÃO E A PRECARIEDADE: A SITUAÇÃO CAMPONESA NO PROCESSO INICIAL DA COLONIZAÇÃO NA GLEBA CELESTE, VERA, MT

BETWEEN MOTIVATION AND PRECARIOUSNESS: THE PEASANT SITUATION IN THE INITIAL COLONIZATION PROCESS IN GLEBA CELESTE, VERA, MT

ENTRE LA MOTIVACIÓN Y LA PRECARIEDAD: LA SITUACIÓN CAMPESINA EN EL PROCESO INICIAL DE COLONIZACIÓN EN LA GLEBA CELESTE, VERA, MT

Renata Maria da Silva¹
renatamaria.enzo@gmail.com

Aumeri Carlos Bampi²
aumeribampi@gmail.com

Resumo:

O objetivo do artigo é demonstrar as motivações pessoais e as dificuldades de camponeses sulistas que se dirigiram, a partir de 1970, à Amazônia norte mato-grossense (Gleba Celeste) quando da abertura do núcleo urbano e de áreas agrícolas naquele local. O que os levou para tão longe foi a promessa do acesso à terra, a possibilidade de trabalho e de consequente geração de renda; no entanto, foram precariamente assistidos pelo Estado e pela própria empresa imobiliária: as estradas eram precárias, faltavam alimentos, infraestrutura e habitações, sendo que também padeceram com doenças tropicais. Muitos retornaram ao local de origem ou tomaram novos rumos; poucos conseguiram se fixar no novo território. Os que lá permaneceram serviram como amansadores de terra e como mão de obra nas indústrias de extração e beneficiamento de madeira.

Palavras-chave: Migração sulista. Gleba Celeste. Colonização da Amazônia.

Abstract::

The aim of the article is to demonstrate the personal motivations and difficulties of southern peasants who, from 1970, went to the northern Mato Grosso Amazon (Gleba Celeste) when the urban nucleus and agricultural areas were opened there. What drove them so far was the promise of access to land, the possibility of work and consequent income generation; however, they were poorly assisted by the state and the real estate company itself: the roads were precarious, there were lack of food, infrastructure and housing, and they also suffered from tropical diseases. Many returned to their place of origin or took new directions; few managed to settle in the new territory. Those who stayed there served as settlers and as laborer in the wood extraction and processing industries.

Key-words: Southern migration. Gleba Celeste. Amazon Colonization.

Resumen:

El objetivo de este artículo es demostrar las motivaciones personales y dificultades de los campesinos sureños que se han dirigido, desde 1970, a la Amazonía norte mato-grossense (Gleba Celeste) cuando

¹ Licenciada em Geografia, Mestre em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), professora da Educação Básica, Vera, MT – Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC – MT).

² Filósofo, Doutor em Filosofia e Ciências da Educação pela USC, Espanha. Possui pós-doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Faculdade de Educação e Linguagem e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) e Geografia (PPGGEO) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Av. dos Ingás, 3001. Campus de Sinop. Sinop, MT, Brasil.

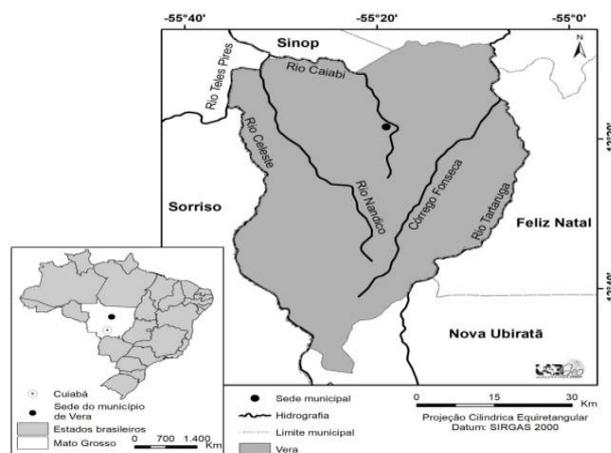
de la apertura del núcleo urbano y de áreas agrícolas en ese local. Lo que los llevó hasta tan lejos fue la promesa de acceso a tierra, a la posibilidad de trabajo y de consiguiente generación de ingresos; sin embargo, fueron precariamente asistidos por el Estado y por la propia empresa inmobiliaria: las carreteras eran precarias, faltaban alimentos, infraestructura y viviendas, y también sufrían de enfermedades tropicales. Muchos regresaron al lugar de origen o tomaran nuevas direcciones; pocos han logrado establecerse en el nuevo territorio. Los que permanecieron allí sirvieron como amansadores de tierra y como mano de obra en las industrias de extracción y procesamiento de madera.

Palabras clave: Migración sureña. Gleba Celeste. Colonización de la Amazonía.

INTRODUÇÃO

Em busca da integração nacional e do crescimento econômico do país, no final da década de 1960, foram desenvolvidos uma série de projetos e programas que promoveram a abertura de vastas áreas no Centro-Oeste e na Amazônia Legal. O Governo Federal, por meio de políticas induzidas, organizou diversas ações com vistas à exploração e à ocupação do norte mato-grossense, iniciando pela exploração madeireira, mineral e desenvolvimento da agropecuária (PICOLI, 2012).

Figura 01 – Localização do município de Vera, MT



Fonte: LABGEO/UNEMAT, 2018.

No contexto da ocupação e intensificação da exploração da Amazônia norte mato-grossense, surgiu o projeto de colonização “Gleba Celeste”, que deu origem a vários municípios, dentre eles, Vera. A partir do núcleo colonial criado em 27 de julho de 1972, o município de Vera foi emancipado politicamente em 13 de maio de 1986 (PANOSSO NETTO, 2000).

Em Vera, o processo de transformações espaciais teve início com a colonização em 1972, com a inserção de camponeses, em sua maioria sulistas, que, atraídos por propagandas

particulares e governamentais, aventuravam-se em busca do acesso à terra e trabalho na Amazônia norte mato-grossense.

Diante o exposto, o objetivo do estudo é demonstrar, a partir de fontes orais e bibliográficas, as dificuldades vivenciadas pelos camponeses no processo de ocupação desse espaço, pois foram precariamente assistidos pelo Estado brasileiro e pela empresa imobiliária que promoveu a colonização.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi exploratória, descritiva, de cunho qualitativo. Teve por base a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e a realização de entrevista semiestruturada com os que participaram (e lá conseguiram permanecer) do período inicial de abertura e da formação do núcleo urbano de Vera. Os nomes dos colaboradores foram mantidos em anonimato, conforme diretrizes éticas da pesquisa³.

A AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO CAPITALISTA

A Amazônia desperta a curiosidade e a atenção mundial em razão de sua vasta biodiversidade, bem como pela alta fonte de recursos naturais globalmente escassos, porém valiosos. Muitos estudos e pesquisas foram e ainda são realizados por diversos motivos e os principais questionamentos, no entanto, giram em torno dos problemas sociais/culturais e da intensa supressão de espécies vegetais e animais, ou seja, a grande degradação socioambiental que acompanha a ambiciosa expansão capitalista implantada na região.

Contudo, a maior preocupação do governo e dos capitalistas sempre se focou nas riquezas minerais do subsolo, da terra e da abundância de recursos florestais. Muitas foram as tentativas (algumas concretizadas) de grupos nacionais e internacionais para usufruir e controlar as riquezas dispostas no território da Amazônia Legal⁴ (OLIVEIRA, 2016).

Os primeiros registros sobre a degradação da Amazônia datam do período da colonização portuguesa, em meados do século XVIII, quando as missões jesuítas executavam buscas pelas drogas do sertão (cacau, cravo, guaraná, urucum, poaia, baunilha, entre outras). No final do século XIX e início do século XX, ocorreu o ciclo da borracha, durante o qual a degradação foi intensificada (BECKER, 1990).

Durante o governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, ocorreu o incentivo à industrialização de ordem nacional e à diversificação agrícola, mas que se concentrou efetivamente nas regiões sul e sudeste do país. Em 1938, para incrementar a produção nas

³Este estudo foi aprovado junto ao Comitê de Ética da Universidade do Estado de Mato Grosso.

⁴A Amazônia Legal foi criada pela Lei nº1.806, de 06 de janeiro de 1953. É um conceito político-territorial e não um imperativo geográfico e, atualmente, é composta pelos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins, Roraima e parte do Maranhão (TEIXEIRA, 2006).

zonas de fronteira, Vargas organizou o movimento *Marcha para o Oeste* com o direcionamento do fluxo populacional excedente de outras regiões para o Cerrado e à Amazônia (HESPANHOL, 2000). Ao governo brasileiro e aos grupos capitalistas, a região amazônica era carente de mão de obra, um grande vazio demográfico (as sociedades originárias eram desconsideradas) com economia rudimentar e pouco desenvolvida.

Desse modo, em 1953, o governo brasileiro – objetivando coordenar e organizar planos governamentais destinados à Amazônia – fundou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cujo nome foi alterado para Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (TEIXEIRA, 2006). Nas décadas de 1950 e 1960, iniciaram-se as frentes pioneiras agropecuárias e minerais espontâneas do Nordeste.

Colaborando com o exposto, Otávio Guilherme Velho (2009) afirma que, no final da década de 1960, o Estado iniciou a venda (por valores simbólicos) de extensas áreas de terras a empresas imobiliárias particulares. Desse modo, por meio da colonização, os problemas da região amazônica seriam resolvidos e os das outras regiões amenizados, fato que provocou um acelerado processo de ocupação a partir de 1970, principalmente com construção da BR-163, que liga Cuiabá (MT) à cidade de Santarém (PA) conhecida como a Estrada dos Colonos (OLIVEIRA, 2016). Todavia, as formas de colonização/ocupação desenvolvidas pelo Estado na Amazônia, argumentando a resolução de tensões sociais do Nordeste ou Centro Sul, provocaram na região novos conflitos com os grupos locais (povos originários, caboclos, seringueiros, castanheiros), ou seja, buscou remediar alguns problemas provocando novos (BECKER, 1990).

O projeto de colonização da última fronteira brasileira, elaborado pela ditadura militar, não teve como objetivo assistir o caboclo da região, os problemas da seca do Nordeste, os problemas sociais do Sul do país, muito menos beneficiar a grande maioria da população brasileira marginalizada e despossuída. Esse projeto foi elaborado para beneficiar principalmente empresas nacionais e internacionais. Nasceu com a finalidade de colocar os produtos da Amazônia no mercado mundial, e por intermédio dos militares, internacionalizar a região como expansão de grandes conglomerados capitalistas (PICOLI, 2005, p. 52).

Segundo Oliveira (2016), em toda a história do país, a colonização se constituiu em uma alternativa das classes dominantes para evitar a reforma estrutural do campo nas regiões de ocupação antiga (Centro-Sul e Nordeste). Ao mesmo tempo, tratou-se de uma manobra para direcionar o fluxo populacional a fim de servirem de mão de obra aos projetos agropecuários e agrominerais da fronteira.

É valoroso expor que na ocupação da Amazônia houve a participação de dois segmentos sociais distintos: um representado pelos grupos econômicos internacionais e nacionais que buscavam expandir seus empreendimentos empresariais e acumular terra e capital, usando o território da Amazônia para especulação e reserva de valor perante os financiamentos oferecidos pelo Estado. O outro coletivo é representado por camponeses/migrantes sem posses que buscavam um lote para sobrevivência, trabalho e renda (PICOLI, 2005).

Os ambiciosos objetivos desejados pelo Estado e grupos capitalistas para integração “desintegrante” da Amazônia – de seus povos, sua flora e de todo o ecossistema – foram alcançados. Conforme Oliveira (2005) o processo de ocupação da Amazônia ocorreu em diversos níveis: iniciando pelo acesso aos títulos da terra por meio do comércio, mascarado por episódios de grilagem e burla; por intermédio dos projetos agroindustriais e agropecuários incentivados pela SUDAM e, por último, com a expansão das empresas madeireiras e a consolidação do agronegócio. O *boom* da degradação, entretanto, ocorreu após o golpe militar de 1964 (BECKER, 1990).

MOTIVAÇÕES DO CAMPESINO AO ACESSO À TERRA NO PROJETO GLEBA CELESTE, VERA, MT

A partir da urbanização e da industrialização no território brasileiro, iniciaram-se as constantes transformações, modernizando e tecnificando o campo e as cidades, com modificações também nas relações de produção e trabalho. Desse modo, a monocultura brasileira ganhou novas feições e novos rumos, direcionando a força de trabalho aos locais mais distantes, aos considerados espaços vazios do Centro-Oeste e Norte, por meio de projetos de colonização/ocupação e assentamentos (PEREIRA, 2010).

Devido às mudanças no campo e à aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, na década de 1960, muitos arrendatários, meeiros e trabalhadores do campo perderam seu vínculo com a terra, seu meio de subsistência. Com receio de ficarem sem a posse de suas propriedades em razão do referido Estatuto, muitos latifundiários reduziram as ofertas de trabalho, deixando o camponês expropriado de terra e do trabalho (VELHO, 2009).

Na mesma década, ocorreu a escassez de terra livre no Centro-Sul e Nordeste e uma das razões foi a expansão dos latifúndios sobre os minifúndios, deixando o camponês acuado sem conseguir competir com o grande produtor. Os pequenos lotes dos camponeses tornaram-se insuficientes para a subsistência de suas famílias e a aquisição de novos

minifúndios fora dificultada pelo governo. Sem alternativas, o destino desses indivíduos e de seus filhos, portanto, seria tentar a sorte nos centros urbanos ou na fronteira em expansão (VELHO, 2009).

Sendo assim, participar dos projetos de colonização foi o meio efetivo utilizado pelo camponês para romper com o sistema de expropriação e marginalização ao qual sempre esteve submetido (OLIVEIRA, 2016). A maioria dos camponeses era desterrada, expropriada e vivia em uma constante luta ora para conseguir o acesso à terra ora para conseguir se manter nela. Diante dessa realidade, o camponês é um eterno retirante sempre em busca da terra para seu sustento e de sua família (OLIVEIRA, 2001).

Contudo, na fronteira nem todos alcançariam propriedades e riquezas, tendo em vista ser um local de luta e de sofrimento, principalmente para quem carece de poucos recursos financeiros e técnicos e somente é possuidor da força de trabalho braçal. De acordo com Picoli (2005), muitos migrantes, almejando situação mais confortável para suas vidas, desfizeram-se dos bens que possuíam em seus locais de origem para investir na fronteira amazônica, onde tudo estava por ser construído. Manter-se na terra e vencer as dificuldades foi conquista de poucos.

No entanto, é visto que os projetos de colonização no norte mato-grossense utilizaram a motivação do camponês ao acesso à terra, o desejo de empresários para a instalação de indústrias, em especial, as madeireiras, no primeiro momento. Essa realidade configurou-se principalmente como um artifício para produzir na Amazônia uma fronteira agrícola-urbano-industrial de replicação do modelo excludente de acesso a recursos, terra e renda.

Para controlar a posse das terras, o governo federal utilizou diferentes formas de colonização (espontânea, oficial, particular). Esse processo, que deveria também proporcionar fixar os trabalhadores expropriados, mascarou parte dos conflitos que ocorriam no local de origem dos camponeses pela ausência de reformas na estrutura do campo brasileiro no qual as elites buscavam manter a propriedade latifundiária (MORENO, 2007).

Na pesquisa realizada, verificou-se que a maioria dos camponeses saiu de seus locais de origem com perspectivas de melhoria de vida, tais como busca por emprego, renda e por uma situação diferente da realidade até então vivida, um futuro promissor, em sintonia às propagandas em cartazes, rádio e televisão que idealizavam a nova terra.

[...] então, lá no Paraná tinha bastante gente, e com isso não tinha espaço para outras pessoas nem oportunidade aos jovens. Eu tinha vontade de

crescer e com a propaganda que a Colonizadora SINOP fazia que queria abrir aqui no norte do Mato Grosso, eu vim (M/01).

Eu vendi tudo para lá e vim pra cá. Nós viemos de Paranavaí, nós decidimos vir pra cá porque lá estava muito difícil e tinha vez que a plantação vinha boa, depois no outro ano não e pensamos em aumentar a terra (M/09).

É porque lá no Sul, lá onde nós morávamos as terras eram muito acidentadas, muito morro e pedra, então ele (pai) até foi no Paraná viu umas regiões lá, mas ele não gostou muito. Aí ele veio para cá. Meu pai disse: “O futuro é aqui”! Ele passou em Sorriso, mas Sorriso não tinha nada na época, era só um cerrado e, na verdade, se ele tivesse comprado por lá as coisas hoje seriam diferentes (M/12).

Muitos ansiavam por uma porção de terra, no entanto, nem todos possuíam recursos suficientes para adquiri-la, tanto que, dos dezessete entrevistados, nove citam que não possuíam renda suficiente para a aquisição de seus lotes. Por essa razão, apenas sete dos dezessete entrevistados (ou seus familiares) tiveram condições para adquirir suas propriedades.

Panosso Netto (2002) evidencia que os camponeses foram atraídos pela propaganda exibida pelas colonizadoras, principalmente nos estados do Sul e em São Paulo, por meio de folhetos, catálogos, jornais e pelo trabalho dos corretores. Utilizavam fotos (“algumas até de outros locais!”) e frases chamativas, cujo objetivo era convencer as pessoas de que o lugar era de fartura, com terra fértil, sem pragas nem geadas.

Era a própria Colonizadora que fazia as propagandas incentivadas pelo governo federal. Eram feitas por meio de rádio e eu me lembro que na televisão também passava (M/01).

Eu morava em Formosa do Oeste no Paraná e daí na rodoviária eu vi o mapa daqui, e gostei demais! As propostas eram muito boas, terra quase de graça. Eu não tinha condições de comprar, mas eu indo pra lá, eu estando lá, com o tempo eu consigo comprar um pedacinho (era seu pensamento na época) (M/16).

Assim sendo, a aquisição das terras seria riqueza garantida. A propaganda por parte da empresa colonizadora objetivava a adesão social ao projeto, pois, sem a força de trabalho, o processo de expansão geográfica do capital não aconteceria.

A motivação e o direcionamento populacional rumo à fronteira amazônica não ocorreu apenas por vontade do camponês em adquirir terras para si e para seus descendentes, tratou-se de maquinação do Estado com articulações políticas. Unindo o vazio demográfico com a necessidade do camponês, comprometeu-se a conceder incentivos fiscais, a abertura de estradas, portos, aeroportos, disponibilização de redes de energia e a

implantação de projetos de desenvolvimento como Programa de Integração Nacional (PIN) o PROTERRA, POLOAMAZÔNIA, POLOCENTRO, entre outros (SILVA, 1981; OLIVEIRA, 2005).

AS DIFICULDADES E AS CONDIÇÕES ENCONTRADAS PELO CAMPESINATO

O deslocamento e a chegada

As dificuldades à constituição do núcleo de ocupação em Vera começaram na viagem. O trajeto, que, via de regra, durava dias, dependendo do local de origem do migrante, ocorria em transporte inseguro. Havia muitos acidentes em virtude das estradas precárias – principalmente nos meses de maior pluviosidade (outubro a abril) – as quais vitimaram muitos dos que se deslocavam. Além disso, causavam enormes prejuízos materiais, tendo em vista que o deslocamento era realizado sob péssima infraestrutura, em rodovias em construção e sem pavimentação.

Figura 02 – Momento de parada para refeições e descanso em local improvisado no trajeto para Vera (1973) (proximidades de Rondonópolis, margem da rodovia BR-163)



Fonte: Acervo pessoal de Mercedes Zoz, 2018.

Em grande porção do estado de Mato Grosso, as pontes e as estradas estavam ainda em construção. A abertura da BR-163 estava sendo realizada e somente foi concluída em 1976, fato que era do conhecimento do Estado brasileiro e das empresas colonizadoras; no entanto, mesmo cientes de todas as dificuldades, Estado e empresas colonizadoras

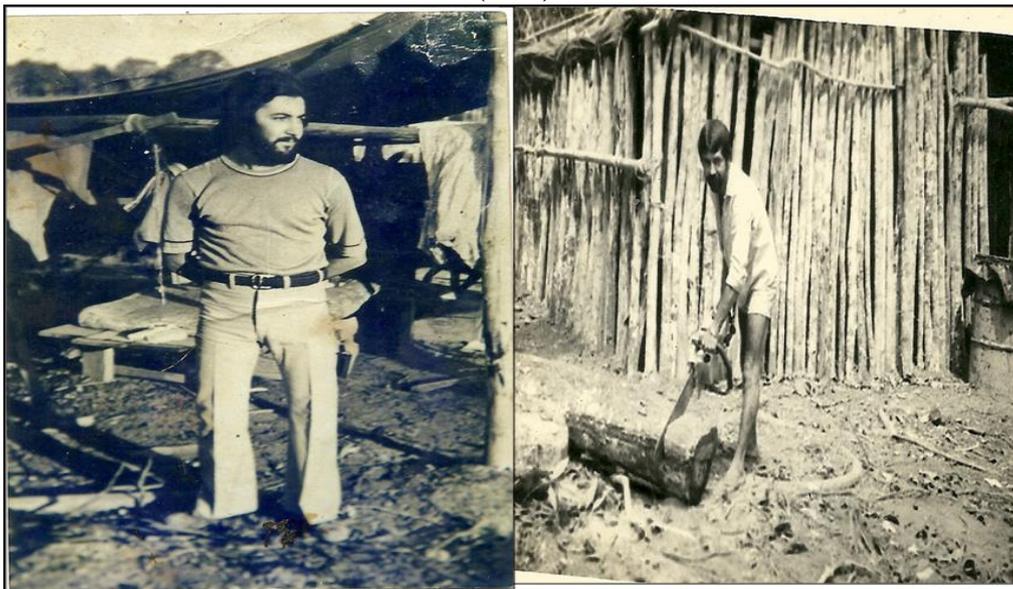
continuavam direcionando a população para essas regiões em busca do “desenvolvimento e progresso” a qualquer custo.

Quando os primeiros camponeses chegaram ao novo destino (Gleba Celeste – Vera), após longos dias de viagem, e depararam-se com a vegetação alta, com mata densa, fechada, diversidade de animais silvestres e nenhuma infraestrutura para a instalação das famílias, houve um misto de sentimentos: arrependimento, desespero, dúvidas, saudades, entre outros, conforme o relato:

[...] nós chegamos e ficamos acampados na beira do rio porque não tinha lugar. Com 30 dias deu malária no meu marido e ele quase morreu. Nós lá, acampados com uma lona. A parede era um barranco e uns paus. Descarregamos a mudança perto do rio. A primeira chuva que bateu nos cobriu de lama, então arrumamos e ficamos lá, acampados, porque não tinha para onde ir (C/03).

As primeiras famílias começaram a chegar ao final de 1971 (com crianças, gestantes, idosos). Ao chegarem, montaram um acampamento sob lonas plásticas às margens do rio Caiabi, tendo em vista que era a única fonte de abastecimento de água para uso naquele momento, para higiene e limpeza. Permaneceram no local em condições precárias. Consumiam água do rio, alimentavam-se de peixes e dos poucos alimentos que conseguiam adquirir.

Figura 03 – Precárias habitações dos migrantes nos primeiros anos da ocupação (1972), (1974)



Fonte: Acervo pessoal de José de Lima Cavalcante, 2018.

As rudimentares e improvisadas habitações e instalações propiciavam precárias condições de higiene e salubridade e riscos à integridade física, além da circulação de animais silvestres e animais peçonhentos. A total ausência de infraestrutura perdurou até a equipe de trabalho da empresa realizar a abertura das denominadas *picadas* (área de floresta linearmente aberta com supressão da vegetação) e conseguir direcioná-los aos respectivos lotes para que pudessem iniciar a construção das habitações.

A água era do rio e o banheiro era no mato. Foi muito sofrido. Ficamos ali, acho que uns dois meses, ali do outro lado do rio [...] eu fiquei muito triste. Não tinha onde ficar. A gente teve que morar perto do rio em um barranco, com uma lona furada. (C/03) (chegou em 1971).

[...] não existia nada, só acampamento, não existia cidade aqui em cima, ficamos acampados. O acampamento era às margens do ribeirão Caiabi. Lá tinha uma pensão que a Colonizadora construiu e o escritório da Colonizadora e o almoxarifado onde a Colonizadora tinha os alimentos. Os lotes da Colonizadora não estavam todos demarcados, então as pessoas que tinham comprado lá em Maringá as terras, pessoas que tinham comprado em outras regiões pelo mapa, chegavam aqui e não conseguiam ir nas suas propriedades. Ficavam acampados na margem do Caiabi. Eu cheguei aqui tinha mais de 200 barracos (M/14).

É importante frisar que, nas propagandas, a situação transmitida era maravilhosa: terra farta e barata; no entanto, a realidade do contexto do projeto de responsabilidade da empresa colonizadora era inversa, pois nada havia quanto à assistência, que, posteriormente, também pouco aconteceu. A decepção gerava indignação e revolta, mas os camponeses não tinham sequer condições econômicas para retornar aos seus locais de origem. Igualmente, não possuíam condições de organização e mobilização política para a superação da situação, isolados que estavam. Restava enfrentar a realidade na qual estavam inseridos naquele momento com os elementos que tinham à disposição.

De acordo com os relatos, depois de muita insistência e persistência, alguns camponeses resolveram deixar o núcleo de colonização; no entanto, nem todos tiveram ajuda da empresa colonizadora para o retorno à terra natal, ao local de origem. Para outros, para deixar a fronteira, a colonizadora trocava a viagem pela devolução do lote adquirido, mas esse fato não era regra; muitos dividiam o valor do fretamento de caminhões com outras famílias para retornar com os seus pertences, situação que era muito problemática e, de certa forma, frustrante e vergonhosa, como relatam. Diante da desesperança, houve casos extremos de migrantes que trocaram seus lotes agrícolas por passagens de ônibus para retornar de onde partiram.

A alimentação precária

Quando da presença em solo norte mato-grossense, em meio à floresta, foi inevitável o descontentamento das mulheres (mães e donas de casa) por não poderem dar condições mínimas de vida aos seus filhos. Houve unanimidade nos relatos acerca da escassez de alimentos e de gêneros de primeira necessidade, a falta de produtos simples do cotidiano, comuns em seus locais de origem (ovos, leite, produtos de higiene, entre outros).

[...] às vezes a gente passava o Natal e não tinha ovos para comprar para fazer um bolo, era muito difícil (C/07).

O mais difícil era a parte de mercado, porque lá onde eu morava dava para comprar as coisas, um iogurte, bolacha, coisinhas para o meu filho, mas tudo a gente acostumou. Ninguém morreu de fome (C/15).

“Naquele tempo a gente passava fome mesmo”, lembra, com tristeza, uma senhora no momento da entrevista. Cabe ressaltar que inúmeras dificuldades relatadas persistiram até a década de 1980, pois a precariedade era tamanha que não pôde ser resolvida em poucos anos.

As comidas só vinham uma vez por semana. Aí eu pegava mamão verde e fazia salada de mamão, refogado de mamão. A dificuldade maior foi a falta de alimentos. Nós não podíamos comprar muita carne, porque tinha que fritar e deixar ela guardada no óleo, pois não tinha geladeira. Nós trouxemos carne de porco na banha lá do Sul. A gente fazia isso e tinha carne para a semana, senão não tinha! (C/13).

Quando a gente chegou aqui não tinha fruta, não tinha carne, não tinha o que tem hoje. Embutidos, essas coisas não existiam naquela época aqui. As coisas não chegavam até aqui. Os caminhões de frutas e verduras vinham até Cuiabá e, muitas vezes, de lá mesmo retornavam carregados com o que traziam, porque as condições da estrada não permitiam vir pra cá, não tinha acesso. Quando chegavam aqui já estava tudo estragado (M/08).

Em 1971, nas chuvas, até o aeroporto que era novo inundou, que era para poder trazer alimentos. Então, em Cuiabá eles embalavam os alimentos em sacos e lonas, e amarravam. Quando passava sobre o aeroporto de Vera o avião dava um rasante e soltava os alimentos. Eles caíam dentro da poça de água. As pessoas corriam lá para não deixar molhar. Os remédios vinham de avião, os socorros eram de avião (M/14).

Com aspecto melancólico, os interlocutores da pesquisa afirmaram que chegaram a passar muita fome. A situação não foi pior porque havia solidariedade: “os vizinhos ajudavam”.

A proteína animal para as refeições com frequência vinha da carne de caça e da pesca, obrigando-os a estabelecer uma relação de busca de sobrevivência por intermédio dessas atividades. Relatam: “Onça, nós matamos bastante pra comer, veado, paca e até tatu. Só macaco que nós não comemos e carne de cobra e nem papagaio, do resto comia tudo!”.

Para sobreviver, tiveram de buscar, em práticas de caça, o alimento; contudo, expressa-se bem o tabu alimentar em relação aos macacos, cobras e papagaios, que podem ser elementos de consumo na comida indígena ou ribeirinha, mas que não encontram possibilidade na cultura alimentar do migrante sulista.

Sobre o relato da “caça”, alguns se referiam com certo medo, pelo fato de que a prática da caça de animais silvestres era ilegal, de acordo com a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, porém justificaram que não tinham outra opção alimentar na época, pois era questão de sobrevivência.

Figura 04– Primeiro açougue (1972)



Fonte: Acervo pessoal de José de Lima Cavalcante, 2018.

No bioma amazônico, a ictiofauna e a diversidade de animais eram abundantes à época. Contudo, não havia preocupação com preservação, em razão da falta de conhecimento e da maneira como se dava a relação exploratória entre homem e natureza. Assim, tomava-se por base o uso como recurso infinito, um bem a ser apropriado e usado. Outro fator a se considerar era a falta de refrigeração, por isso, a captura desses recursos deveria ser somente o suficiente como recurso alimentar imediato ou ser feita a divisão entre os conhecidos, amigos e familiares.

Nos primeiros meses após a chegada dos novos habitantes, havia apenas dois estabelecimentos no local: um almoxarifado (onde eram guardados os produtos de primeira necessidade da empresa colonizadora) e uma espécie de pousada/hotel para receber os interessados na aquisição de terras ou desenvolvimento de algum empreendimento.

Em 1972, foi montado um armazém da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), sendo intermediada sua implantação pela colonizadora, para que não houvesse preços abusivos quando da compra dos produtos (PANOSSO NETTO, 2000).

Diversos entrevistados relataram o apoio dado pelo Esquadrão Onça (equipados com os aviões C-115 Buffalo) da Força Aérea Brasileira, no suporte ao fornecimento de alimentos e de outros materiais necessários, principalmente nos meses de maior intensidade das chuvas, em que as estradas de acesso ao município ficavam totalmente intransitáveis e a população ficava isolada. O referido esquadrão desempenhou diversas missões de cunho social na região Centro-Oeste e auxiliou na construção dos municípios de Vera, Sinop e Aripuanã (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2014).

Dificuldades em relação à saúde

A respeito das condições de saúde, havia notável insuficiência quanto ao atendimento básico ou médico/hospitalar. Os trabalhadores foram acometidos por enfermidades diversas, inclusive doenças tropicais (não conhecidas por eles) em razão da situação em que se encontravam, ou seja, a falta de moradia apropriada, ausência de saneamento básico, infraestrutura deficiente (WEIHS et al., 2017).

Nos primeiros tempos a inexistência de água tratada, a escassez de alguns alimentos básicos, a mudança de clima, o pó e a fumaça das queimadas, na época da seca, o transbordamento de fossas, na época das chuvas, ocasionaram vários problemas de saúde aos primeiros moradores. Foi significativa a incidência de doenças respiratórias, infecções intestinais, além da malária, doença endêmica da região, que obrigou o governo Federal a instalar em 1974, na cidade, um posto da Superintendência de Combate à Malária - SUCAM- que funcionou até o final da década de 1980 (SANTOS, 2011, p. 119).

Entre as várias doenças citadas durante as entrevistas, a que mais assombrou a sociedade foi a malária. Sobre essa enfermidade, cabe expor que, até a década de 1960, estava praticamente erradicada no país e só voltou a ser razão de preocupação nacional ao iniciarem os programas de integração nacional e de ocupação dos espaços vazios. Na atualidade, ela é um problema focal da região amazônica, ou seja, uma endemia; porém, devido aos recorrentes movimentos migratórios, o infectado pode levar a doença para outras localidades do país (BARATA, 1995).

Tinha muitos malefícios na questão da saúde. Ninguém conhecia o remédio da malária. Diziam que até os macacos pegavam malária. Teve uma época que a Colonizadora SINOP colocou uns caminhões para levar

as pessoas a qualquer lugar, sem cobrar nada, porque o povo estava sofrendo com a malária, e muitas pessoas foram embora (C/01).

A doença que judiava muito da gente era a malária. A febre amarela deu, mas foi passageira. Vacinou e nunca mais deu. Mas a malária judiava demais. Ela quase acabou com a gente. Somente mais tarde é que teve remédio e hospital, que todo mundo vinha tratar aqui (M/16).

Conforme os interlocutores, dos dezessete que colaboraram com pesquisa, onze relataram que eles ou seus familiares tiveram malária; alguns foram acometidos por diversas vezes, impedindo-os de realizar suas atividades cotidianas e de trabalho.

Figura 05 – Dedetização executada pela equipe da SUCAM em habitações da Gleba Celeste



Fonte: Acervo virtual do Museu Histórico de Sinop, 2018.

No primeiro período chuvoso passado no acampamento, no ano de 1971, houve um surto intenso de febre amarela, afetando muitas vidas: “teve uma doença aqui que fez várias famílias ir embora, que foi a febre amarela, aí trouxeram a vacina e não morreu mais ninguém!”. Mesmo após a vacinação, parte do grupo que presenciou as baixas causadas pela doença resolveu ir embora. Poucos ficaram.

A infraestrutura e a comunicação

A respeito da locomoção, foi citado com frequência que, durante o período das chuvas, a situação era mais difícil, devido à falta de pavimentação nas estradas. Também, com grandes volumes de chuva, as estradas ficavam praticamente intransitáveis, “quando nós chegamos aqui tinha bastante chuva, tinha vezes que quinze dias nós não víamos o sol, chovia todos os dias, eram seis ou sete meses de muita chuva mesmo!”. Esse isolamento dificultava o acesso a outros locais, a recepção de mercadorias diversas e o escoamento dos seus produtos quando os conseguiam produzir.

A energia elétrica era fornecida pela empresa colonizadora, que possuía um gerador à base de óleo diesel, o qual atendia a seu escritório, aos pontos comerciais, ao hospital (denominado Maria Auxiliadora) e à Igreja Católica. O hospital e a igreja iniciaram suas atividades em 1973. Nesse mesmo ano, foram construídos três poços artesianos para abastecimento da população local (PANOSSO NETO, 2000).

Conforme os relatos, além de não haver energia elétrica na maior parte do dia (as redes de transmissão de energia só foram instaladas na década de 1990), era precária a comunicação com outros locais, tendo em vista que sequer havia telefone.

Um detalhe muito interessante, é que nós íamos para Cuiabá, mas mesmo em Cuiabá você tinha que ir no posto telefônico e marcar (agendar) uma ligação. Muitas vezes você iria falar muito tempo depois de marcar a ligação, do tamanho que era a fila no posto telefônico. Mas no começo da década de 70, o PS em Cuiabá, assim como o nosso quando foi instalado aqui, tinha de marcar uma ligação e ia falar depois de amanhã. Na época das águas as estradas trancavam e para ir a Cuiabá e voltar demorava uns 60 dias. A dificuldade era enorme (M/14).

O contato com outras localidades dava-se via rádio de comunicação, popularmente conhecido como radioamador, que era utilizado pela Colonizadora SINOP. A impossibilidade da troca de mensagens com parte dos familiares que permaneceram nos lugares de origem tornava a situação difícil e, para contatá-los, era necessário deslocar-se aproximadamente 463 quilômetros até a capital Cuiabá, para utilizar as cabines telefônicas, que deviam ser previamente agendadas.

A ECONOMIA: AS DIFICULDADES INICIAIS E A REALIDADE ATUAL

Conforme a literatura produzida sobre esse período e os relatos dos que lá permaneceram, o objetivo da Colonizadora SINOP para a região e, tão logo, para a maioria dos migrantes, era trabalhar na e com a lavoura de subsistência, *a priori*.

Os planos da empresa imobiliária para o desenvolvimento da agricultura foram elaborados a partir da experiência do local de origem, tendo em vista que o solo do Paraná é muito fértil e, ao observar a vegetação nativa (floresta amazônica) existente na área a ser colonizada, acreditavam que o solo também era fecundo para as plantas cultivadas na região de origem. “Aqui era só esse mato bonito. A gente achava impossível não produzir alguma coisa. Eu vim na confiança que um dia iria sair alguma coisa (de produção) aqui!” (C/09).

Conforme Panosso Netto (2000), os planos econômicos da Colonizadora junto aos migrantes eram apostar principalmente na lavoura de café, produto com o qual os

agricultores já trabalhavam, possuíam conhecimento no manejo. “A gente veio aqui pra plantar café. Nos primeiros anos deu bastante café, depois foi despontando por causa da seca” (C/16).

Os relatos tornam evidente a falta de qualificação técnica dos agrônomos e técnicos agrícolas que vieram para trabalhar na área. Acrescenta-se que foram aprendendo na prática e com o tempo, dificuldades que poderiam ter sido amenizadas se tivessem sido aproveitados os saberes daqueles que já viviam na terra, ou seja, os nativos da região, pois conheciam as particularidades do seu território, ou mesmo para a preservação da floresta que apresentava alto potencial econômico.

O grupo não conhecia a geografia do local e, dessa forma, outras culturas testadas na época (milho, arroz, feijão, pimenta-do-reino, entre outras) também não se desenvolveram como o esperado. Outros fatores que provocaram desânimo nos produtores foi a ausência de logística para escoar a produção e a queda de preço do café no mercado mundial (1974 a 1978), que provocou consideráveis quedas no valor do produto (PANOSSO NETO, 2002).

Conforme Picoli (2005), Estado e empresas colonizadoras não possuíam interesse em fornecer técnicos e nem em produzir estudos sobre a área, pois o maior objetivo era a especulação imobiliária. Muitas empresas que se instalavam na região norte de Mato Grosso buscavam apenas tirar proveito dos recursos naturais, usufruírem das facilidades financeiras disponibilizadas pelo Estado e acumular renda com a especulação imobiliária da terra.

Eu plantei capim para buscar o gado que deixei no Paraná, que eu pretendia trazer pra cá. Aí logo formou o capim e eu fui buscar. Esses gados não aguentaram um ano, eles caíam e não levantavam mais e acabaram morrendo. Mais tarde surgiu o sal, que diziam que era próprio para essa região. Então eu comprei 2 vacas, aí deu certo! (M/09).

A gente foi cobaia de tudo, porque ninguém sabia o que produzia. A ilusão foi plantar café e pimenta. Nós pegamos e plantamos café. Plantamos 13 mil covas. O café até veio bonito, mas quando ele precisou de força, durante a seca, ele começou a morrer. Depois de 6 anos, teve que pagar para arrancar, então foi o grande problema, financiou para destocar, para mecanizar! (C/12).

Pela ótica de outro entrevistado, durante o processo de colonização, eles foram cobaias do sistema, pois sua família pretendia cultivar café nos lotes que adquiriram; entretanto, tudo que tentavam produzir não apresentava o desenvolvimento esperado.

Uma manobra da colonizadora para atrelar os colonos ao local era fazê-los cooperados na Cooperativa Mista Celeste (COMICEL), adesão automática no ato da compra do lote. Todos que adquirissem terras logo se tornavam cooperados da COMICEL mediante

a cobrança de 1% do valor do contrato, montante que seria usado no fornecimento de insumos, sementes, mudas, entre outros, direcionados ao cultivo (OLIVEIRA, 1983).

Segundo Panosso Netto (2002), a COMICEL foi fundada para subsidiar os colonos diante das dificuldades na agricultura; no entanto, eles eram explorados pela cooperativa, tendo em vista que a organização se apropriou do trabalho e da produção, pagando aos produtores um valor muito abaixo daquele praticado no mercado. Desse modo, o pequeno produtor (campesino) estava sendo novamente explorado por esse sistema na implantação do projeto.

Para que haja expansão das fronteiras, os camponeses são peça fundamental, de vida útil e muito curta, pois eles “só entram na fase inicial do processo quando há necessidade de mão de obra abundante, mais tarde são dispensados e substituídos pelos bois e pelas máquinas” (SCHAEFER, 1985, p. 28). Nesse viés, um trabalhador que migrou para Vera, em 1985, faz uma análise do papel e da importância dos campesinos no contexto da expansão e consolidação da fronteira agrícola capitalista concentradora e expropriadora:

Na verdade, assim, o projeto de colonização na região norte do Mato Grosso, ela tem tipo 3 personagens. Os pioneiros mesmo, que muitos morreram e foram embora e poucos ficaram. Depois foram os amansadores das terras. Eles chegaram, derrubaram as madeiras, tiraram o que puderam e depois derrubaram os matos e não funcionou. Agora os últimos são os lavoureiros. Quando eu cheguei na estrada Márcia que vai para a fazenda Zucolotto, lá tinha 90 moradores, tinha uma escola lá dentro. Hoje já tem um pouco mais, mas chegou uma época que já não tinha nenhum morador lá e era tudo de 25 ou 50 alqueires. Hoje é tudo fazenda, por isso eu falo. Muitos foram embora para outra região para fazer o mesmo processo, uns estão no Amazonas, outros no Pará (M/16).

A importante observação feita a partir da vivência mostra a compreensão pelo migrante do processo que aproveita a mão de obra e posteriormente a descarta. Produz rotatividade e uma busca pela sobrevivência que não se finda, pois novamente os territórios entram em um ciclo de expulsão, dada a concentração de terras e de renda, em que são produzidos os migrantes de uma nova geração.

Após tentativas frustradas de produção, ora com saberes técnicos, ora com saberes leigos, aos poucos, a terra em Vera foi sendo melhorada quanto ao aspecto agricultável, possibilitando algumas práticas agrícolas. No entanto, a essa altura, o gasto já ultrapassava os limites, deixando os campesinos descapitalizados. Dessa forma, a maioria vendeu suas posses e foi tentar a sorte em outros locais. Alguns foram trabalhar como funcionários na Colonizadora ou para os vizinhos; aqueles que possuíam uma reserva monetária foram trabalhar na indústria madeireira em expansão.

Ao mesmo tempo em que a maioria dos agricultores tentava implantar a agricultura na região, outros direcionaram sua atenção à extração madeireira, entendida como um recurso muito abundante à época. Como a madeira disponível aparentava um recurso sem fim, foi explorada sem manejo, desconsiderando todas as leis ambientais; contudo, a extração florestal e as indústrias madeireiras proporcionaram o sustento do projeto de colonização nos primeiros anos até a estabilização dos camponeses (PANOSSO NETTO, 2002).

A mão de obra empregada no setor madeireiro geralmente não exigia muita qualificação, portanto os rendimentos giravam em torno de um salário mínimo. Recebiam maiores remunerações mensais apenas os cargos de maior periculosidade, os que exigiam maior conhecimento tecnológico e cargos de gerência. Nos primeiros anos após a chegada das madeireiras, os proventos eram melhores, fato explicado pela grande quantidade de madeireiras à época. Explica-se também pela escassez de mão de obra, situação comum no contexto capitalista, no qual a inexistência de mão de obra eleva seu valor remuneratório com a finalidade de atração e posterior diminuição.

Mesmo diante das dificuldades, da precariedade e dos baixos salários, havia um conformismo com a situação, diante do quadro estrutural socioeconômico do país. O trabalhador verense, no contexto visto, confirmado pelos relatos, resignava-se com o quadro em que estava inserido e, ainda, sentia-se agradecido por estar trabalhando. Mergulhado em uma conjuntura sem grandes perspectivas, que carregava marcas das desilusões econômicas de exclusão, acreditava na ideia de que aquilo que possuía era satisfatório, ocorrendo, portanto, um “contentamento” em relação à realidade em que o trabalhador encontrava-se, situação que Marx (1994) denomina de *alienação*.

Na década de 1990, o quadro econômico de Vera adquiriu novos moldes, a economia do setor madeireiro diminuiu e, desde então, ocorreu a expansão da agricultura comercial, principalmente, da produção de soja e de milho. Vera passou a compor a rede de produção agrícola voltada ao mercado externo. Para que ocorra a consolidação e expansão da agricultura comercial, é necessário ter à disposição grandes áreas para plantio, água, tecnologia e ampla rede de distribuição e logística, armazenagem e informação. Onde não há esses requisitos, o capital logo se encarrega de providências para dinamizar sua fluidez.

Nessa época, empresas internacionais como Bunge, ADM, Cargill, entre outras, passaram a atuar no espaço regional, constituindo seus territórios corporativos. A produção é feita em mercado nacional; no entanto, o destino e a comercialização dos produtos são controlados em nível internacional por meio das *trades*. Na atualidade, o campo é monopolizado e subordinado às multinacionais, que manipulam desde a venda das sementes,

os insumos, os agrotóxicos, os implementos, bem como a comercialização dos produtos (TEIXEIRA, 2006; OLIVEIRA, 2016).

A territorialização e a expansão da agricultura capitalista provocam diversas implicações socioambientais. Algumas das principais consequências são a expulsão do trabalhador do campo e a exclusão e a expropriação do pequeno produtor que não possui subsídios financeiros para adquirir os pacotes técnicos da agricultura comercial. Logo, é fato que os saberes e as técnicas de manejo tradicionais são desconsiderados dentro da ideologia capitalista (GIRARDI; FERNANDES, 2004).

Em Vera, essas situações já são observadas, pois há grandes latifúndios no cultivo da monocultura da soja e do milho empregando poucos funcionários. Acrescenta-se, assim, que o quadro tende a piorar, pois as lavouras de soja estão gradativamente aumentando e, de acordo com Girardi e Fernandes (2004), a referida cultura é a segunda que menos emprega no país, perdendo apenas para o cultivo de trigo. A tabela a seguir mostra a estrutura fundiária estabelecida no município de Vera.

Tabela 01 – Estrutura fundiária do município de Vera até 2016

Estrutura Fundiária Total - 2003/2014	Número de Imóveis	Área Total (Hectares)
Minifúndios	107	3.986,08
Pequena propriedade total	159	29.384,78
Média propriedade total	75	50.076,29
Grande propriedade total	11	44.921,62
Não classificada	11	10.408,90
TOTAL	363	138.777,67

Fonte: Adaptado de Kohler (2017, p. 72).

A agricultura comercial em Vera tem provocado a desruralização, ou seja, um esvaziamento do campo porque os latifúndios vão se ampliando e, desse modo, englobando as terras vizinhas e modificando as relações de trabalho e a forma de ocupação do espaço. É possível constatar grandes extensões de terras com poucos funcionários e os que ficam no campo têm que estar constantemente se adequando às mudanças e às modernizações.

Muitos trabalhadores perdem seu emprego no campo, direcionando-se, portanto, para a área urbana; entretanto, Vera é uma cidade com escassas oportunidades de trabalho e com poucas indústrias, o que resulta em um novo êxodo desses sujeitos para as cidades vizinhas. Desse modo, acabam sendo forçados a mudarem em razão do sistema produtivo instalado, pois os excluídos que não se adaptam ao sistema, e passam a sobreviver à margem

dele, vão para os centros urbanos implementar o grande exército de reserva à disposição de outras empresas capitalistas.

O município de Vera é como os demais que se valem do agronegócio, local de lavouras extensas de monocultura de grãos com alta produção, com a presença de poucos funcionários envolvidos no processo. Desde que a agricultura comercial foi intensificada, expandiu-se sob as outras formas de cultivos, monopolizando a ocupação do território do município. As atividades produtivas se dão por meio de técnicas modernas em padrões industriais, que utilizam maior número de máquinas em substituição à força humana.

Observa-se, portanto, nesse local, uma agricultura sem agricultores, uma produção ao externo e um território alienado. A lógica externa de produção, comandada por multinacionais e *tradings* por intermédio das quais os produtores têm uma falsa liberdade na escolha de sua produção, mas, na verdade, responde a determinações financeiras exteriores. Porção significativa da produção agropecuária do município é destinada ao mercado nacional ou ao externo, exceto a das pequenas propriedades de cunho familiar existentes voltadas à produção de alimentos ao local.

As multinacionais instaladas nesse espaço (AMAGGI, CEVITAL Internacional do Brasil e Cooperativa Agroindustrial C. Vale) influenciam todo o processo produtivo e controlam o território por meio de contratos junto aos produtores, o que atrela a produção conforme as demandas da empresa do agronegócio e não às necessidades locais.

Nesse espaço de estudo, em busca de sobrevivência, aquele campesino, pequeno sítiante, foi transformado em peão à abertura do mato e ao extrativismo vegetal. Transformou-se em trabalhador braçal nas madeireiras, em funcionário temporário à abertura das áreas de lavoura, em catador de raiz, em mão de obra interina nas lavouras; tornou-se mais um “ex” campesino na busca de um meio de sobreviver nas periferias dos centros urbanos, juntando-se ao grande exército de reserva à disposição do modo capitalista de produção. Desse modo, tal quanto a constante mutação do espaço geográfico de Vera foi a transformação do elemento humano, pois assumiu diversas feições e funções na constituição desse núcleo urbano em meio à floresta amazônica, hoje profundamente transformada.

Os filhos daqueles trabalhadores excluídos, vindos de outras regiões do país, principalmente do Sul, que rumaram para esse local em busca de um futuro melhor, continuam nessa luta, na esperança de um dia conseguir seu pedaço de terra, pois a sorte e a fartura não foram direcionadas para todos. Constata-se que a luta foi de muitos, mas a vitória e o sucesso foram de poucos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No curso deste estudo, foi possível observar que a política de integração nacional visava expandir a fronteira capitalista e a direcionar a mão de obra excedente das regiões do Centro-Sul e Nordeste brasileiros para os projetos agropecuários e agrominerais a serem desenvolvidos no norte mato-grossense, como em todo Centro-Oeste e Amazônia Legal, o que, de fato, ocorreu.

A colonização da fronteira amazônica foi uma alternativa a não reforma agrária nos estados do Nordeste e do Centro-Sul do país. Desse modo, ao oferecer terras na Amazônia, não seria necessário disponibilizá-las em outras regiões do país, mantendo a estrutura agrária e aumentando os latifúndios. Muitos migrantes, camponeses do Centro-Sul do país e grupos de trabalhadores, buscavam oportunidades de uma vida melhor, diante da precariedade e da desesperança no local de origem.

À constituição desse núcleo urbano na fronteira agrícola amazônica, a terra foi vendida aos camponeses por valores aparentemente atrativos, mas nem todos conseguiram adquiri-la, pela falta de recursos suficientes. Logo, a grande maioria apenas vendeu sua força de trabalho.

Mesmo com a promessa oficial de amparo à colonização, esses sujeitos ficaram desassistidos, sendo colocados em situação de vulnerabilidade, ou seja, saíram de uma situação de suscetibilidade e logo mais se viram em condições piores quando da abertura do núcleo urbano e áreas rurais.

Por intermédio dos relatos, que deram luz às adversidades enfrentadas, é possível vislumbrar o trajeto dificultoso desde o ponto de origem até a área de colonização no núcleo de Vera. Muitos vieram em transportes improvisados e inapropriados, com famílias sobre carrocerias de caminhões, em meio à Rodovia Federal BR-163, ainda em construção, com constantes atoleiros, sem infraestrutura e sem pavimentação.

Ao chegar ao destino não havia habitações, água tratada, energia elétrica, locais para suas necessidades básicas e higiene pessoal. A ausência de infraestrutura era explícita, tudo estava por ser construído. O camponês praticamente se via à própria sorte em meio à floresta, que sucumbiria ao exercício de sua força de trabalho.

A alimentação era constituída por elementos básicos, como arroz, feijão, batata e carne seca e, com frequência, havia escassez, situação que os obrigava à prática da caça e

pesca. De imediato, muitas famílias sobreviviam da reserva que levaram na mudança e dividiam-na entre os familiares e conhecidos.

Em épocas de chuva intensa, o acesso ao núcleo urbano e áreas rurais ficava totalmente interrompido por via terrestre e, nesses momentos, os moradores contaram com o apoio da Força Aérea Brasileira no transporte de gêneros alimentícios e de primeira necessidade.

Outra situação problemática foi no tocante à saúde, pois sequer existia atendimento médico hospitalar nem pessoal qualificado para trabalhar na área da saúde. Outro elemento complicador foi o desconhecimento das enfermidades tropicais como malária e a febre amarela.

Diante das adversidades citadas, nos primeiros anos do processo de colonização no atual município de Vera, foi observado um grande índice de desistência por parte dos camponeses. Muitos se retiraram, trocando as terras por valor irrisório, alguns até por passagens rodoviárias para retorno ao local de origem. Foi grande o desalento, porém outros camponeses permaneceram junto ao projeto por não terem condições financeiras nem para custear seu retorno.

No quesito econômico, tanto a empresa colonizadora quanto os camponeses pretendiam cultivar a agricultura de subsistência; no entanto, devido às particularidades do solo, do clima local, da falta de infraestrutura e de logística para escoar sua produção, entre outras razões, a agricultura não teve o resultado esperado.

O camponesinato, em busca de respostas ao seu anseio por terra e superação de suas necessidades de trabalho e renda, foi transformado em instrumento operacional de abertura de áreas, ou como exército de reserva de mão de obra no setor de base florestal (madeira), atuando também na abertura de fazendas de pecuária. Essas áreas, mais tarde, foram integradas diretamente ao sistema capitalista de produção agrícola mecanizada, de larga escala de grãos e carne (agronegócio), em imensos latifúndios, ocasionando nova exclusão. Na Amazônia mato-grossense repete-se a exploração do homem pelo homem e a concentração de terra e renda observada nas demais regiões brasileiras.

O caso de Vera manifesta que o sonho de acesso à terra não se concretizou a todos ou à maioria dos que se direcionaram ao local oferecido como possibilidade de melhoria de vida. O que ocorreu nesse espaço é uma amostra do ocorrido historicamente em todo o país, ou seja, a continuação da luta de expropriados que, por diversas ocasiões, experimentaram a proletarianização nos centros urbanos e no meio rural. Trata-se do desencanto de mais um grupo de indivíduos que luta pela construção de um futuro melhor, acreditando, como

colocava Oliveira (2001), na possibilidade de construir uma sociedade provida de justiça, dignidade e cidadania.

Referências

BARATA, R. B. Malária no Brasil: panorama epidemiológico na última década. **Cad. Saúde Públ. Rio de Janeiro**, v. 11, n. 1, p. 128-136, jan./mar., 1995.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Base Aérea de Campo Grande (BACG), a Força Aérea no coração do Brasil**. Disponível em: <<http://www.forcaereablog.aer.mil.br>>. Acesso em: 18 set. 2019.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Territorialização da produção de soja no Brasil:1990-2002. 17º Enc. Nac. de Geografia Agrária, Gramado. XVII ENGA tradição X tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. **Anais...** Gramado, RS: UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Territorializacaodasoja.p>>. Acesso em: 18 set. 2019.

HESPANHOL, A. N. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, jul. 2000.

KOHLER, M. R. **A educação ambiental no contexto da Amazônia mato-grossense: concepções e práticas docentes na educação básica do município de Vera, MT**. 178 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade do Estado do Mato Grosso, UNEMAT, Cáceres, Mato Grosso, 2017.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 6 vol. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1994, 6 vols.

MIRANDA, M. O papel da colonização dirigida na expansão da fronteira da Amazônia. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: UnB. cap. 5. p. 47-62.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla: 1892-1992**. Mato Grosso: Entrelinhas, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

_____. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: Landé Editorial, 2016.

_____. BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, M. (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005. p. 67-184. Disponível

em:<<http://www.centrodememoria.cnpq.br/amazonia%20revelada.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

OLIVEIRA, J. M. **A esperança vem na frente**: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de Sinop. 144f. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, 1983.

PANOSSO NETTO, A. **Vera, a princesinha do Nortão**: uma contribuição ao estudo da ocupação da Amazônia mato-grossense. Campo Grande: Ed. Eletrônica, 2000.

PANOSSO NETTO, A. **Geopolítica, agricultores e madeireiros na frente oeste de colonização**. Campo Grande, MS: UCDB, v. 1, 2002.

PEREIRA, M. F. V. A inserção subordinada do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 2, n. 22, p.347-355, 2010.

PICOLI, F. **A violência e o poder de destruição do capital na Amazônia**. Florianópolis: Editoria em Debate, 2012.

_____. **Amazônia**: do mel ao sangue: os extremos da expansão capitalista. 2.ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

SANTOS, L. E. F. **Raízes da história de Sinop**. Mato Grosso: Midiograf, 2011.

SCHAEFER, J. R. **As migrações rurais e implicações pastorais**. São Paulo: Papyrus, 1985.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TEIXEIRA, L. **A colonização no norte de Mato Grosso**: o exemplo da gleba celeste. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, São Paulo, SP, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/89794>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WEIHS et al. Dinâmica da fronteira agrícola do Mato Grosso e implicações para a saúde. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 31, n. 89, 2017, p.323-338.

Submetido em dezembro de 2019

Aceito em abril de 2020